



PODER

Jair Bolsonaro fala em enviar uma PEC para ressarcimento das perdas provocadas pela redução do ICMS, em tramitação no Senado. Rodrigo Pacheco e Arthur Lira foram chamados de última hora para cerimônia no Palácio do Planalto

Governo propõe compensar estados

» CRISTIANE NOBERTO

O presidente Jair Bolsonaro (PL) anunciou ontem que pretende compensar os governadores pela perda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no âmbito do Projeto de Lei Complementar (PLP) 211/2021 que enquadra combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações como bens essenciais.

O chefe do Executivo apresentou a proposta após encontro com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de outros membros do alto escalão ministerial.

"Estamos propondo aos governadores que os 17% que ficam para eles, uma vez aprovado o PLP, nós, o governo federal, pagaremos aos governadores o que eles deixariam de arrecadar. (...) Desde que os governadores entendam que possam também zerar o ICMS, nós ressarciremos os governadores o que deixarão de arrecadar", disse o presidente, no Palácio do Planalto.

A redução do ICMS dos combustíveis é negociada no âmbito do PLP 18/2022. "A gente espera que o Senado aprove (o PLP 18), mas o governo federal resolveu avançar na diminuição da carga tributária para os brasileiros", disse o presidente. A compensação aos estados ocorreria por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Para explicar a proposta, o ministro Paulo Guedes frisou que a medida não se trata de subsídio. "Vamos ressarcir os estados de forma que não tenham essa perda de arrecadação para atenuar no bolso do povo brasileiro. Da mesma forma que há um teto de gastos deve ter um teto de impostos", afirmou.

Situação emergencial

Segundo o governo, a medida tem caráter emergencial e durará até 31 de dezembro. Ele não detalhou o impacto fiscal que a compensação terá nos cofres públicos.

Ed Alves/CB/D.A Press



Bezerra, Pacheco, Bolsonaro e Lira: presidente da República deu início à cerimônia antes da chegada dos chefes do Legislativo

Disse apenas que o governo tem compromisso fiscal. "Vai ficar bastante claro que esse valor está dentro do compromisso de responsabilidade fiscal por um período definido e com um valor definido. Temos receitas orçamentárias extraordinárias que ainda não foram lançadas no orçamento e justamente essa expansão está limitada a esse montante", observou.

Com o anúncio de que estaria disposto a compensar as perdas dos estados com a redução do ICMS dos combustíveis, o governo federal procura ter um papel mais relevante no impasse. No final de maio, a Câmara dos Deputados aprovou, em caráter de urgência, a

proposta que visa reduzir os preços dos serviços essenciais. A matéria estabelece um teto para a cobrança de ICMS em 17%. Essa aprovação mostrou, mais uma vez, um alinhamento quase automático entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o Palácio do Planalto.

No Senado Federal, onde os estados têm maior peso político, a discussão assumiu outro ritmo. Ontem, no Planalto, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, reconheceu o esforço do Executivo e de outros atores na superação do impasse. E disse que também espera uma solução breve.

"O Senado Federal recolhe todos esses argumentos do Poder

Executivo, sobretudo sobre esses anúncios da possibilidade concreta da desoneração de PIS e Cofins sobre a gasolina e o etanol. Da indenização aos estados sobre uma alíquota zero de ICMS com relação ao diesel, gás natural e GLP. Medidas que deverão, assim esperamos, refletir no consumidor final", afirmou Pacheco.

"Então, acolhamos as reivindicações do Poder Executivo, levaremos ao Senado Federal para apreciação com medidas legislativas para poder fazer valer essas iniciativas do governo federal, no diálogo para que possam convergir aos interesses. Esperamos muito brevemente ter uma definição desse

relatório do senador Fernando Bezerra." O relatório deve ser lido nesta terça-feira na Casa Legislativa.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, também afirmou o compromisso com a construção da PEC para que a proposta do governo seja possível. "Estamos há muito tempo tratando dessas questões que nós sabemos que significam muito na conta do contribuinte. Esperamos que o Senado tenha a tranquilidade, autonomia e sensibilidade na aprovação do PLP 18 e que nós, após isso, tramitem uma PEC para ressarcir os estados que estiverem à disposição para zerar esses impostos estaduais sem prejuízo nenhum aos governadores", afirmou.

Presidente à espera

A cerimônia no Palácio do Planalto foi marcada pela quebra de protocolo. Agendada para as 19h, começou com 45 minutos de atraso. No início da transmissão, o presidente da República Jair Bolsonaro, maior autoridade do país, estava ao centro da mesa. Ele aguardava a chegada do senador Rodrigo Pacheco e do deputado Arthur Lira.

Cercado de ministros, Bolsonaro começou a falar, mas interrompeu o discurso. Os ministros participantes trocaram então de lugares à mesa, ante uma aparente ausência de Pacheco e Lira. Momentos depois, no entanto, houve nova movimentação, para dar lugar aos dois parlamentares.

A proposta do governo federal dividiu opiniões. O deputado federal Danilo Forte (União Brasil/CE), presidente da Frente Parlamentar das Energias Renováveis, recebeu com otimismo as medidas oferecidas pelo Executivo.

"Como autor do PLP 18/2022, avalio como muito positiva a contribuição do governo federal. A proposta dá tranquilidade e confiança necessárias para que o Congresso Nacional dê continuidade à aprovação do PLP 18", comentou.

Já o líder da minoria no Senado, senador Jean Paul Prates (PT-RN), afirmou que a proposta é um improviso. "A ótica míope é apenas zerar impostos e sufocar os estados. O governo é tão perdido no assunto que lança proposta atropelando proposta, sem nenhum plano estratégico ou estruturante real para o setor e o consumidor: anula a autossuficiência em petróleo teimando com a PPI (paridade de importação) e impõe o "Estado-Mínimo" por sufocamento", critica. (CN)

Negociação no Congresso

» RAPHAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS

Paralelamente à iniciativa do Palácio do Planalto para baratear os combustíveis, senadores e representantes dos estados negociam, ponto a ponto, uma saída que equilibre preço menor sem perda significativa na arrecadação.

Presente no anúncio do presidente Bolsonaro, o relator do Projeto de Lei Complementar (PLP/18/2022), senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), pretende entregar hoje o parecer sobre a proposta que fixa um teto de aproximadamente 17% para cobrança do ICMS sobre combustíveis, serviços de comunicação e energia elétrica.

Durante o dia, o relator se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o ministro da Economia, Paulo Guedes para discutir sobre os termos da proposta. Posteriormente, o trio ainda se encontrou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Objeto de uma negociação complicada, a proposta de reduzir impostos de combustíveis tem tratamento diferente nas duas Casas do Congresso. Enquanto Lira e o Planalto querem celeridade, Pacheco busca cadências mais o trâmite, atento às reivindicações dos governadores.

Na semana passada, o presidente do Senado recebeu Décio Padilha e outros integrantes do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) em uma reunião que também contou com a participação do relator Fernando Bezerra e dos senadores Jean Paul Prates (PT-RN) e Davi Alcolumbre (União-AP).

Medidas conjunturais

A expectativa dos representantes do Comsefaz era otimista, antes das declarações do Planalto ontem à noite. Mas eles alertam para a necessidade de se aprovar medidas efetivas para o imbróglío. "A grande

crítica que os estados fizeram o tempo inteiro desse projeto, desde a tramitação na Câmara, foi que se procura remediar com medidas estruturais, que vão durar para sempre, uma situação conjuntural", disse André Horta ao **Correio** (leia entrevista ao lado).

Segundo levantamento realizado pelo Comsefaz, o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados pode gerar uma perda arrecadatória de até R\$ 83 bilhões. Os secretários de fazenda questionam até mesmo o gatilho colocado pelos deputados para a União subsidiar, por meio de um fundo, perdas de arrecadação superiores a 5%.

Uma das sugestões do Comsefaz é um projeto de relatoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN). O PL 1.472 /2021 cria uma conta de estabilização dos preços dos combustíveis (CEP) a partir do lucro extraordinário obtido pela Petrobras ao longo do ano de 2021. Nos bastidores, consta que a proposta não tem a simpatia de Arthur Lira.

Seis perguntas para

André Horta, diretor institucional do Comsefaz

Como avalia a compensação tributária para os estados?

O próprio senador Fernando Bezerra (MDB-PE, relator do PLP 18 no Senado) tornou público que não concorda com a forma de compensação que está posta. Os estados têm uma forma de compensação. Apresentaram o fundo. Isso vai evoluir dessa forma? A forma que está ali reduz a receita dos estados em R\$ 83 bilhões, e aquela compensação parcial, dos 5%, que foi estendida aos municípios também, ela é feita via dívida. E compensação via dívida, você sabe, vai reduzir a receita de qualquer forma. Então os mínimos constitucionais de aplicação na saúde, na educação vão ser afetados.

Os 5% de compensação são suficientes?

Do jeito que está previsto, se a arrecadação global cair 5%, com a inflação que a gente está tendo, não faz sentido. Você vai reduzir determinados itens, e argumentar que a arrecadação global vai cair... Não vai cair. Espera-se um crescimento, na verdade, em torno de 15%.

Os estados estão sendo ouvidos pelo legislativo?

O diálogo foi extremamente profícuo. O senador (Fernando Bezerra) foi muito atencioso com os estados, o debate foi muito rico. Saímos bastante otimistas inclusive, com expectativa de que a gente vai poder evoluir.

Há disposição para voltar a discutir aquelas regras já contestadas pelo governo no STF, como a que estabelecia uma alíquota única do ICMS, mas que também permitisse que cada estado desse descontos?

A ideia é, na verdade, colocar tudo sobre a mesa e ver qual caminho vai sair disso. Claro que alguns pontos são mais sensíveis — e eu não vou adiantar aqui para não dificultar as negociações — e outros tantos são fáceis de os estados transigirem. Os estados esperam que o senador continue no mesmo clima que começou na semana passada.

Há pressão dos governadores para que o projeto não avance?

Não vi isso. Mas vi diversas

entidades ligadas à educação e saúde na perda que as áreas vão ter se isso for aprovado. São R\$ 29 bilhões só de saúde e educação. Tudo o que foi aprovado de Fundeb, piso da enfermagem, tudo que está sendo dado como positivo, está retrocedendo. Isso tem um custo político e social e deve importar no momento de escolher a forma de compensar e finalizar esse acordo.

Qual avaliação vocês fazem do projeto?

A grande crítica que os estados fizeram o tempo inteiro desse projeto, desde a tramitação na Câmara, foi que se procura remediar com medidas estruturais, que vão durar para sempre, uma situação conjuntural. E essas medidas ainda assim, não terão efeitos nem conjunturais, não vai resolver nem por hora. Depois você vai ficar com um passivo estrutural dos estados. Vai complicar ainda mais a questão da dívida e do futuro dos estados, em termos de investimento e de serviços públicos, tudo isso é comprometido. (TM)